



Macaé
PREFEITURA
Secretaria | CULTURA



POLÍTICA NACIONAL
**ALDIR
BLANC**
DE FOMENTO À CULTURA



ATA DA SEGUNDA ESCUTA PÚBLICA – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC (PNAB) REALIZADA NO SOLAR DOS MELOS – MACAÉ/RJ – Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às 10h e 15min, no Museu Solar dos Melos, localizado na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, foi realizada a segunda escuta pública referente à implementação da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), reunindo artistas, fazedores de cultura, representantes de linguagens culturais diversas, a Secretária Municipal de Cultura, Waleska Freire, as técnicas da Secretaria Municipal de Cultura, Claudia Gonçalves Nespoli Ribas Lemos, Conceição de Maria Pereira Alves Rosa e Ivana Machado Mussi, os Conselheiros do Conselho Municipal de Cultura, Marcelo Atahualpa, Luma Coelho e Cezar Luis Coelho Junior e membros da sociedade civil. A escuta teve início com a abertura institucional por parte da equipe da Secretaria Municipal de Cultura que ressaltou a importância da participação dos agentes culturais explicando que a partir dos dados dessas escutas a Secretaria Municipal de Cultura irá decidir quais editais serão lançados. Em seguida os representantes do Conselho Municipal de Cultura apresentaram os objetivos da PNAB, os critérios legais para a aplicação dos recursos, os percentuais destinados obrigatoriamente aos programas específicos (como o Cultura Viva e a contratação de pareceristas), e os valores disponíveis para aplicação nos editais a serem definidos com base nas demandas locais. A Conselheira Luma Coelho realizou a apresentação de um estudo aprofundado que desenvolveu a partir da análise dos dados referentes ao primeiro ciclo da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) no Município. Em sua exposição, a Conselheira destacou que o trabalho envolveu o exame detalhado de todos os editais lançados, bem como a identificação dos proponentes habilitados e inabilitados nos respectivos processos seletivos. O estudo evidenciou importantes avanços promovidos pela política pública no fomento à cultura local, ressaltando os impactos positivos na ampliação do acesso aos recursos por diversos segmentos artísticos e culturais. No entanto, também foram apontadas fragilidades a serem enfrentadas no segundo ciclo, especialmente no que diz respeito à necessidade de maior transparência nos critérios de seleção, à simplificação dos procedimentos de participação e à ampliação da capacitação técnica dos agentes culturais. A apresentação da Conselheira contribuiu significativamente para o diagnóstico do primeiro ciclo e para o aprimoramento das estratégias de implementação da PNAB nesta nova fase, promovendo um debate qualificado entre os presentes. Iniciou-se, então, a etapa participativa da escuta. Em síntese do debate da parte da manhã foi dito sobre a importância da Escuta Pública com reconhecimento do valor do processo participativo nas políticas culturais. A ampliação para três escutas públicas presenciais e uma online foi destacada como um avanço importante em relação ao ciclo anterior. Como crítica ao Primeiro Ciclo da PNAB foi destacado a burocracia excessiva: documentações exigidas em excesso e falta de suporte técnico adequado levaram à inabilitação de muitos projetos qualificados. Além de problemas com as plataformas digitais, instabilidade, falhas no envio de projetos e ausência de canais efetivos de recurso. Desigualdade na comunicação: Divulgação restrita às redes sociais não alcançou as periferias e zonas rurais. Sugeriu-se o uso de meios como carro de som, rádios comunitárias, entre outros. Como sugestões para melhorias foi apontada a contratação de produtores culturais formados



Macaé
PREFEITURA
Secretaria | CULTURA



POLÍTICA NACIONAL
**ALDIR
BLANC**
DE FOMENTO À CULTURA



para acompanhamento técnico dos projetos. Pareceristas externos e especializados, especialmente para políticas como Cultura Viva e reconhecimento de mestres e mestras da cultura. Oficinas de elaboração de projetos, com suporte técnico antes, durante e após os editais. Criação de modelos acessíveis de portfólio, prestação de contas e outros documentos. Ações direcionadas às periferias, com editais específicos e presença efetiva da secretaria nos territórios. Democratização e Transparência. Necessidade de mapear os espaços culturais existentes. Propostas de criação de plataforma pública de acompanhamento dos projetos e dados consolidados de editais anteriores. A cobrança por transparência nos critérios de seleção, principalmente com relação às cotas raciais, indígenas e PCDs. Reconhecimento de Mestres e Mestras. Proposta de bolsas anuais (como as do CNPq), com valorização do trabalho cultural contínuo de mestres e mestras. A avaliação deve considerar critérios etnográficos e reconhecimento popular, evitando apenas a titulação acadêmica. Suplementação de Recursos Foi amplamente debatida e defendida a necessidade de suplementação dos recursos federais com verba municipal. Argumenta-se que Macaé possui capacidade orçamentária e que investir em cultura é investir no território e na economia local. A reivindicação é que cada segmento cultural apoie formalmente essa solicitação como proposta da plenária. Avaliação crítica das ações e recursos anteriores. Desproporção nos valores: mais de 50% dos recursos do primeiro ciclo foram destinados a premiações, em detrimento das ações culturais e programação pública. Os valores para festivais (R\$ 25 mil) foram considerados insuficientes e desvalorizantes. Comparação com valores pagos a shows e eventos religiosos levantou questionamentos sobre equidade e prioridades da gestão. No período da tarde, com a presença da técnica da Secretaria Municipal de Cultura, Janine dos Santos Parente Martins, foi dada continuidade à plenária geral, onde cada setorial apresentou suas propostas e prioridades, sendo todas submetidas à validação coletiva. Após o almoço os participantes se reorganizaram por grupos de linguagem cultural, de acordo com os segmentos de atuação. Os grupos trabalharam de forma autônoma na elaboração de propostas, as quais foram posteriormente apresentadas e votadas em plenária, sendo todas aprovadas por unanimidade. As proposições foram sistematizadas da seguinte forma: A setorial de **PRODUÇÃO CULTURAL** propôs: Criação de Editais em Três Modalidades: Formativos; Feiras e Festivais (com prioridade para ações descentralizadas); Circulação de produtos culturais. Valor de R\$ 20 mil por projeto, com prioridade para projetos de maior escopo. Suplementação orçamentária pelo município para ampliar o número de projetos contemplados e/ou aumentar os valores. Priorização de projetos não contemplados por outras categorias específicas dos editais. Criação de um sistema de compartilhamento de equipamentos culturais com gestão digital e comunitária. Desenvolvimento de uma plataforma tecnológica municipal para gestão de editais, com código aberto e integração com sistemas estaduais. Realização de um Encontro Municipal de Contemplados, promovendo trocas e fortalecimento da rede cultural macaense. A setorial de **ARTESANATO** propôs: edital de premiação, onde cada artesão, com o valor recebido, possa adquirir ferramentas e insumos essenciais para a continuidade de seu trabalho; edital para realização de oficinas, com a inclusão de recursos destinados à compra de materiais e ao pagamento do profissional responsável pela ministração das aulas; Solicitação de simplicidade e



Macaé
PREFEITURA
Secretaria | CULTURA



POLÍTICA NACIONAL
**ALDIR
BLANC**
DE FOMENTO À CULTURA



acessibilidade nos editais, visto que muitos artesãos têm dificuldade com plataformas digitais e burocracias complexas. A setorial de **MÚSICA** propôs a criação de cinco projetos contemplando gravações fonográficas, apresentações ao vivo, videoclipes, oficinas e cenas musicais, com contrapartida sugerida como uma amostra única organizada pela prefeitura, na qual os projetos contemplados poderiam apresentar seus trabalhos à comunidade. Também foi destacada a importância de fomentar a produção autoral e incentivar projetos com potencial de impacto e alavancagem profissional. A setorial de **CULTURA VIVA/ CULTURA POPULAR/ PATRIMÔNIO/ CULTURA POPULAR** apresentou proposta de destinação dos recursos já reservados (25%) da PNAB para: Dois projetos de R\$ 90 mil (projetos anuais); Cinco projetos de R\$ 30 mil; Quatro bolsas mensais de R\$ 2.100 para mestres e mestras da cultura popular, com critérios de seleção baseados na Lei estadual do Ceará nº 13.351/2003. A setorial de **AUDIOVISUAL** propôs editais com valores acima de R\$ 20 mil, destinados a feiras e festivais descentralizados, com atenção especial às periferias e zona rural, priorizando projetos que envolvam múltiplas linguagens culturais. Também foi solicitado que a seleção de pareceristas ocorra preferencialmente com profissionais de fora do município, para garantir isenção na avaliação. No campo do audiovisual, os presentes solicitaram editais que contemplassem obras de curta duração (máximo de 15 minutos), com divisão equilibrada entre ficção e documentário. Ponto extra para proponentes de territórios periféricos e zonas rurais, no intuito de descentralizar as propostas; ter histórias ficcionais situada em Macaé e região ou documental que englobam Macaé e adjacentes; mão de obra local, pelo menos 80% da equipe (artística e técnica); obra com no mínimo 15 minutos de storytelling; Foi consenso a defesa da não obrigatoriedade de contrapartidas formais, em consonância com o novo marco regulatório da cultura. Houve divergência quanto à inclusão de games como segmento contemplado: parte dos presentes propôs contemplar projetos de desenvolvimento de jogos eletrônicos com dois prêmios específicos; contudo, decidiu-se por encaminhar tais projetos dentro da vertente de artes visuais, respeitando o Marco Legal dos Jogos Eletrônicos (Lei nº 14.852/2024). Em decorrência a setorial de **ARTES VISUAIS** ficou com a seguinte proposta: Com relação a setor de games propõe 25% da verba de artes visuais para games, 1 ou 2 projetos; os games deverão ser permanentemente de código aberto. A setorial de **ARTES CÊNICAS E DANÇA** propôs: com relação a destinação de cinco por cento do total de recursos da PNAB para estrutura de gestão, operação e acompanhamento técnico da execução da política pública, valor este correspondente a R\$ 83.600,00 (oitenta e três mil e seiscentos reais), deliberou-se, inicialmente, a necessidade de contratação de quatro produtores culturais, os quais terão como atribuições: a) realizar a orientação dos agentes culturais sobre a estrutura da PNAB; b) acompanhar os pareceristas contratados; c) oferecer atendimento presencial e remoto; d) prestar apoio técnico à secretaria municipal de cultura para operacionalização dos processos; e) participar da divulgação ampla e direcionada da política pública em questão. Atribuiu-se a estes profissionais o valor mensal de R\$ 3.720,00 (três mil setecentos e vinte reais), pelo prazo de cinco meses de trabalho,



Macaé
PREFEITURA
Secretaria | CULTURA



POLÍTICA NACIONAL
**ALDIR
BLANC**
DE FOMENTO À CULTURA



totalizando R\$ 18.600,00 (dezoito mil e seiscentos reais) por produtor. A contratação de equipe de pareceristas, estabeleceu-se a contratação de nove profissionais com formação e atuação multidisciplinar, com conhecimento em acessibilidade cultural, divididos em três equipes de três integrantes. A remuneração fixada foi de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por pareceristas, totalizando R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais) para o conjunto. O escopo de trabalho inclui análise técnica dos projetos, emissão de relatórios técnicos, resposta a eventuais recursos e elaboração de parecer público. Quanto à meta prevista de alcance, determinou-se como objetivo principal dobrar o número de inscritos na PNAB Ciclo I, equivalente a alcançar a marca de aproximadamente 326 inscrições. Tratou-se, ainda, da proposição de suplementação por parte do município, conforme orientação prevista em lei, no valor mínimo de R\$ 1.672.000,00 (um milhão seiscentos e setenta e dois mil reais), equivalente ao valor originalmente recebido pelo município no âmbito da PNAB. No tocante à execução de projetos artísticos, deliberou-se que: A vertente Montagem e Circulação compreenderá quatro projetos contemplados, com valor individual de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), abrangendo tanto a montagem de espetáculo inédito quanto sua circulação mínima em duas apresentações, com tempo mínimo de 30 minutos por apresentação. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, com estreia gratuita e de livre escolha do proponente, podendo ocorrer em formato de ensaio aberto; Para a vertente da Dança, propôs-se, alternativamente: a) cinco projetos de circulação coreográfica, com valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), também com prazo de execução de 12 meses; b) realização de uma mostra coreográfica de três horas de duração, com valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser definida em votação durante plenária do Conselho Municipal de Política Cultural. Foram ainda abordadas as especificidades da dança, circo e teatro, propondo-se que o tempo de execução, o formato e a complexidade dos projetos sejam adequados às linguagens específicas de cada segmento artístico, respeitando a diversidade das expressões culturais e a limitação orçamentária. A setorial de **LITERATURA** propôs: Qualificação e Acesso aos Editais, criação de oficinas de capacitação e letramento artístico, com leitura guiada dos editais e exemplos de projetos; Ação voltada a todas as vertentes culturais, focando na redução da exclusão por dificuldade burocrática; Valorização de Eventos Literários, proposta de destinar parte da verba a feiras, saraus, lançamentos e festivais literários, com foco em: descentralização (eventos em várias regiões, especialmente periféricas), interação entre linguagens artísticas, acessibilidade e diversidade de público, participação de escritores renomados e locais; Publicações e Lançamentos: Apoio à publicação e lançamento de livros, especialmente para autores locais, inclusão de ações acessórias, como eventos de lançamento com divulgação institucional; Inclusão e Diversidade: Priorizar grupos minorizados: mulheres, negros, pessoas trans, etc.; Apoio a coletivos literários, clubes de leitura e contadores de histórias. Prêmios e Incentivos: Criação de prêmios literários locais, como coletâneas com a marca da cidade; Proposta de premiação simbólica e visibilidade como forma de valorização cultural; Infraestrutura Literária: Retomada da Biblioteca Municipal e



Macaé
PREFEITURA
Secretaria | CULTURA



POLÍTICA NACIONAL
**ALDIR
BLANC**
DE FOMENTO À CULTURA



revitalização de bibliotecas nos bairros; Implantação de uma biblioteca itinerante, levando livros e ações culturais a todas as regiões; Avaliação e Transparência: Solicitação de critérios de idoneidade para pareceristas, evitando favorecimentos locais; Divulgação de cronograma dos projetos contemplados e acompanhamento oficial pela Secretaria: Cobertura de eventos (foto, vídeo, entrevistas); Comunicação mais ampla que vá além das redes sociais; Proposta de Distribuição Orçamentária: Considerando um recurso de R\$ 100 mil, R\$ 40 mil para um evento literário (com descentralização e inclusão), 4 projetos de R\$ 15 mil para iniciativas como lançamentos, oficinas e leitura; Sustentabilidade Cultural, sugestão de um edital municipal independente (além do Aldir Blanc e Paulo Gustavo); Criação de um cronograma contínuo de eventos literários, evitando concentração em períodos curtos. Ao final da plenária, foi aprovada por unanimidade a eliminação da exigência de contrapartidas nos editais da PNAB, com entendimento de que o próprio projeto proposto já constitui contribuição suficiente ao bem público. Registra-se ainda que foi reiterada, por diversos segmentos, a necessidade de suplementação orçamentária municipal, para garantir maior alcance dos editais e valorização da produção cultural local. Nada mais havendo, foi encerrada a presente escuta pública, lavrando-se esta ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelas representantes da Secretaria Municipal de Cultura e pelos demais presentes, estes últimos em lista de presença anexada, para fins de registro e encaminhamento junto ao Ministério da Cultura, nos termos da legislação vigente.

Claudia Gonçalves Nespoli Ribas
Mat.039887

Conceição de Maria Pereira Alves Rosa
Mat.408588

Ivana Machado Mussi
Mat. 043778

Janine dos Santos Parente Martins
Mat.408801